



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

## OS DETERMINANTES PARA A PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR DOS/DAS DISCENTES DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRN: O IMPACTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Bruna Gabriela de Oliveira Gomes<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho teve como objetivo central identificar os principais fatores críticos que influenciam a permanência através da formação acadêmica dos/das discentes de Serviço Social da UFRN, e como políticas de assistência estudantil podem influenciar nesse processo. Para tanto foram feitas entrevistas com os mesmos. Foi utilizada a metodologia o estudo bibliográfico e a análise de conteúdo das entrevistas, constatou-se que a permanência na Universidade é um ambiente de desconstrução, readaptação e que a assistência estudantil está impactando no ensino superior além de questões financeiras.

**Palavras chave:** Graduação. Serviço Social. Permanência. Assistência Estudantil. UFRN.

**Abstract:** The present study had as main objective the identification of factors that influenced the permanence of the academic formation of the students of Social Worker of the UFRN, and how the policies of student assistance can influence the process. For this purpose they were made through interviews with the same. It was used the methodology of the bibliographic study and the analysis of interviews, which consists of the permanence in the University of an environment of deconstruction, in the readaptation and in the capacity to study, and not in higher education beyond any other aspect.

**Keywords:** University graduate; Social Worker; Permanence; Student Assistance; UFRN.

### 1. INTRODUÇÃO

A centralidade do estudo tem a competência de compreender quais são os determinantes que influenciam a permanência das/dos discentes ativos na graduação do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Os objetivos específicos é tentar visualizar como a assistência estudantil gera impacto durante o processo da sua formação acadêmica e de como está sendo ou foi a adaptação ao universo da Universidade para os/as discentes. Fortifica-se essa temática tendo em vista o desmantelamento das Universidades públicas.

O presente estudo caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e explicativa. Se tratando de uma pesquisa básica, ela irá buscar novos conhecimentos para fortalecer as produções anteriores e como também para influenciar os futuros estudos sobre o assunto. Foi utilizada a entrevista semiestruturada, fechando a nossa amostragem com 10 discentes para apenas dos períodos do 2º ao 8º semestre desconsiderando o 1º semestre, pois sendo um período introdutório, o presente assunto ainda não se adere a eles/as. A

---

<sup>1</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal de Mato Grosso, E-mail: bruna.deoliveiragomes@gmail.com.

entrevista se estrutura nas áreas: Curso e profissão, Vivência Acadêmica, Intencionalidade de Evadir e Assistência Estudantil.

O referencial teórico é subdividido em: 2.1. Determinantes para a evasão universitária: os desafios; 2.2. As políticas de educação. Logo em seguida com a análise dos dados e por fim, as conclusões finais.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. Determinantes para a evasão universitária: os desafios para a permanência**

Os dados publicados no ano de 2016, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2010, apresentam que 11,4% dos alunos abandonaram a graduação, e em 2014 esse número chegou a 49%. Por esse fato, quando tratamos da centralidade da permanência estamos tratando também do seu antagônico: a evasão. A necessidade de discutir a evasão é essencial para se compreender o processo da vida acadêmica dos/das estudantes, pois em sua maioria estes já pensaram em desistir do seu respectivo curso. Melo (2017, pg. 17) afirma que “a observação do fenômeno (evasão) e a sua compreensão podem auxiliar no melhoramento das ações para a permanência do estudante na Instituição”, portanto reforçando novamente, o presente estudo não descarta a temática da evasão, pois acreditamos que nos dará maior embasamento ao nosso objeto de estudo.

Desse modo, umas das concepções mais conhecidas desse campo de estudo é a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas (1996), que entendem que a evasão é dividida em três formas de compreensão: a Evasão de Curso, a Evasão da Instituição e a Evasão do Sistema. A primeira é definida pela saída do/da aluno/a do seu curso de origem, sem concluí-lo. A Evasão da Instituição é compreendida como aquela que o/a discente se desliga da instituição em que estava matriculado. E por último, a Evasão do Sistema é à saída do/da discente, definitiva ou temporária, do ensino superior.

Já Tinto (1975) *apud* Melo (2017), um grande referencial para explicação desse fenômeno, dá explicações nos aspectos para a permanência ou evasão a partir de duas vertentes: integração acadêmica e interação social. “A decisão do estudante quanto à sua permanência ou evasão da instituição ocorre em um processo longitudinal de interações entre indivíduo e o contexto institucional” (TINTO, 1975 *apud* MELO, 2017, pg.48). Quando o autor retrata sobre a integração acadêmica, significa a integração do indivíduo ao mundo universitário, ao curso e as demandas acadêmicas, já a interação social trata sobre o indivíduo fazer parte de um grupo e de sentir bem nele.

Melo (2017) ressalta algumas limitações na teoria de Tinto, pois se limita apenas duas interações (a acadêmica e a social), pois “a integração acadêmica consiste na integração ao mundo universitário, ao curso e as demandas acadêmicas; e a interação social refere-se ao

fato de fazer parte de um grupo e de sentir-se bem nele”. Existe a limitação na vertente na integração social, pois um estudante pode não conseguir se inserir em um grupo, mas mesmo assim continuar com os estudos.

Veloso e Almeida (2002) apresentam os fatores desse fenômeno das/dos estudantes nas instituições. Sua pesquisa foi feita na Universidade Federal de Mato Grosso com quatorze cursos, eles ressaltam que os condicionantes para o fenômeno da evasão universitária são ocasionados por cinco fatores. Primeiro o Aluno, eles trazem a vida financeira de um/uma discente, que muitas vezes tem que inserir no mercado de trabalho para se sustentar e assim, o estudante-trabalhador encontra empecilhos para seguir a sua vida acadêmica e não encontra meios para conciliar os estudos. Segundo fator é a Estrutura Física, é o que a instituição oferece de disponibilidade de equipamentos e qualidade do espaço físico, e assim podem influenciar o processo acadêmico do alunado. O terceiro fator trata sobre a Estrutura do Curso, o modo que é o funcionamento e a metodologia do curso podem influenciar a permanência dos/as discentes. Tendo em vista, o curso que possuem mais de um turno torna-se um obstáculo para o/a discente cumprir a carga horária. A valorização das profissões no Mercado é o quarto fator para explicar esse fenômeno, o alunado acaba desistindo de continuar em uma profissão que não lhe proporcionará um bom piso salarial e prestígio social. E por fim, os autores retratam sobre o profissional Docente, seja pela falta de mais docência para o departamento, ou seja, pela sua desvalorização.

O presente estudo traz o levantamento em uma Universidade de ensino superior público, desse modo termo “ensino superior” é definido por Pachane (1998) *apud* Sánchez Gamboa (1994):

[...] a expressão Ensino Superior refere-se à ação educativa de formar, ensinar, produzir e socializar conhecimentos, nas circunstâncias de uma sequência de escolarização (3º grau) em lugares ou instituições de educação superior. (PACHANE 1998, *apud* SÁNCHEZ GAMBOA, 1994, pg. 8-9).

De acordo com Pachane (1998) mesmo com esse termo está apenas voltado à capacidade profissional e ao desenvolvimento científico tecnológico, que seria então uma definição restrita pós-secundária, todavia a complexidade do termo não se desfaz. A autora ainda menciona como é difícil estar definindo o que são as instituições de ensino superior (IES), portanto ela indica:

[...] IES podemos estar nos referindo a institutos isolados ou Universidades e ainda a instituições municipais, estaduais, federais ou particulares que, apesar de um objetivo comum (qualificação profissional, de modo geral) diferem na organização, na estrutura, no incentivo à pesquisa, na realização de cursos de período diurno, integral ou noturno, entre outras. (PACHANE, 1998, pg. 9).

Com essa ideia da diferenciação das instituições de ensino superior (IES), seja das suas organizações e dos seus objetivos, que pactuamos. Por exemplo, a essência de uma instituição privada e pública serão antagônicas, uma é a formação de mão-de-obra

especializada imediatista, enquanto que a pública possuiu até mesmo elementos de construção de indivíduo crítico e de uma responsabilidade de retorno desse conhecimento para a sociedade. Por isso, quando tratamos sobre a vida acadêmica dos/das discentes, temos que ressaltar qual academia estamos falando, estamos tratando da vivência acadêmica de Universidades públicas. Portanto, partimos da compreensão que:

A Universidade é um importante patrimônio social e se caracteriza pela universalidade na produção de conhecimento e pela transmissão da experiência cultural e científica da sociedade, constituindo-se em uma instituição de interesse público, independentemente do regime jurídico a que se encontre submetida. (ANDES, 1996, pg. 17).

## **2.2. As políticas de educação**

Sendo assim, como o presente estudo media sobre a permanência e a vivência universitária dos/das estudantes, devemos adentrar sobre as medidas e os deveres que o governo toma para a manutenção do espaço educacional do ensino superior público. Nessa linha, ressaltam Santos e Freitas (2014) em sua pesquisa que a educação pública é um direito de caráter universal e está preconizado na Constituição Federal de 1988, que coloca o acesso à educação pública como dever do Estado e da família (Art. No.205) e tem como propósito a igualdade de condições de permanência na escola (Art. No. 206).

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, que possui o intuito de reforçar a igualdade de condições de acesso e permanência como fundamento. “A educação constitui-se, do mesmo modo, numa das afirmações fundamentais dos Direitos Humanos, declarados como universais, indivisíveis e destinados a garantir a dignidade humana”. (SANTOS e FREITAS, 2014, pg.183).

Em 2007 foi criada o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que visa “a elevação dos níveis de acesso e permanência, e do padrão de qualidade” (BRASIL, 2007) na educação superior. O REUNI, pelo Decreto nº 6.096/2007 de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e nela prevê:

(...) o aumento das vagas de ingresso; a redução das taxas de evasão e a ocupação de vagas ociosas; a ampliação da mobilidade estudantil; a revisão da estrutura acadêmica; a diversificação das modalidades de graduação; a ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil; e a articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a básica (BRASIL, 2007).

A centralidade dessa política é retomar o crescimento do ensino superior público, usando meios para que as universidades federais (IFEs) consigam oferecer e fortalecer os seus espaços físicos, acadêmicos e pedagógicos. Damos as devidas considerações a essa política, todavia ela não conseguiu de forma efetiva atingir as suas metas, porém conseguiu juntamente com o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) agravar a situação e fenômenos nas instituições de ensino superior público.

O aumento de vagas pelas políticas do REUNI e SISU expressou um importante número de ingressantes sim, porém ela foi conduzida para o desmantelamento da Universidade Pública (SAKURADA, 2017), e suas ações “não garantiram a qualidade e nem a conclusão efetiva dos cursos, ou seja, observa-se um elevado percentual de evasão no ensino superior após a implantação do SISU” (MELO, 2017). Devido esse aumento as instituições não conseguiram acompanhar a essa demanda, e isso provocou problemáticas como:

(...) a dificuldade na oferta de disciplinas práticas, infraestrutura (salas de aula, bibliotecas, laboratórios), falta de professores e profissionais técnico-administrativos e outros, além dos cursos de hoje já sofrerem com o esvaziamento de alunado, seja por não obter nota para o ingresso ou por evasão (SAKURADA, 2017, pg. 79).

Conforme Silva e Castro (2014) explicam o programa do REUNI inserido na UFRN, a Universidade aderiu ao programa no ano de 2007, o que implicou para a instituição um estabelecimento de plano de metas, explicitando em um contrato de gestão. A UFRN passou a construir a sua proposta nos debates realizados nos Centros e Unidades Acadêmicas, aderindo à comunidade acadêmica no processo. Castro e Silva (2014) trazem a proposta de metas UFRN com a instalação do REUNI na instituição, conforme:

(...) expõe metas no âmbito das seis dimensões do Programa REUNI: ampliação da oferta no ensino superior; reestruturação acadêmico-curricular; renovação pedagógica; mobilidade intra e interinstitucional; compromisso social da instituição; e suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativos dos cursos de graduação. (CASTRO; SILVA 2014 *apud* UFRN, 2007, pg. 218).

Ainda segundo os autores a implementação do programa na UFRN provocou várias modificações nas suas esferas administrativas e pedagógicas, a Universidade passou a assumir uma nova forma de gestão e a busca por estratégias de atendimento. Conforme o estudo e o levantamento de dados de Castro e Silva (2014), foi possível visualizar que a “[...] UFRN fez um esforço para cumprir as metas pactuadas e que houve uma expansão muito grande nos cursos e nas matrículas da instituição”. Os autores afirmam que o REUNI é um programa bem sucedido no que tange ao acesso dos/das discentes no ensino superior público. Compactuamos com afirmação por seguinte análise, o REUNI construiu lacunas na sua estrutura, a efetivação do programa se deu mais no acesso do que a permanência dos/das estudantes.

Sendo uma vertente das metas do REUNI a ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil, temos que mencionar o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O Plano foi aprovado no dia 12 de dezembro de 2007 por uma transformação numa Portaria do Ministério da Educação/MEC (Portaria n. 39), elevou a assistência estudantil à uma condição de Estado, garantiam a restrição da implementação dessas legislações às Instituições Federais de Ensino Superior/IFES, a priorização do atendimento aos estudantes provenientes do ensino básico público ou com renda per capita de até ½ salário mínimo (BRASIL, 2010).

Os objetivos centrais do Plano Nacional de Assistência Estudantil são:

- I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010)

Portanto trazer as pautas das legislações que retratam a permanência e a qualidade da vivência acadêmica é importante para compreendermos o nosso objeto de pesquisa, que o mesmo é permeado de contradições. Não fazemos a afirmativa que só apenas as políticas de assistência estudantil fazem o/a discente perdurar na Universidade, mas consideramos que é elemento construtivo nesta questão, pois não negamos nem os determinantes objetivos e os subjetivos. Portanto reforçamos a importância dessas políticas afirmativas para a permanência dos/das estudantes, como defende Vasconcelos (2010):

A assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante se desenvolva perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula. (VASCONCELOS, 2010, pg. 609).

### **3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS**

Este trabalho foi pautado na análise das entrevistas semiestruturadas feitas com discentes da graduação de Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Os dez entrevistados serão chamados de DIS 1, DIS 2, DIS 3, DIS 4 e assim sucessivamente. Após as entrevistas as gravações em áudio foram transcritas e a análise das respostas de cada um dos/das 10 entrevistados/das foram organizadas por categoria das perguntas (Curso e Profissão, Vivência Acadêmica, Intencionalidade de Evasão e Assistência Estudantil).

#### **3.1. Curso e Profissão**

Diante dessa categoria foi perguntado para os/as discentes sobre se o curso de Serviço Social foi sua primeira opção e as relações com a sua expectativa referente ao curso e sobre a sua intencionalidade de seguir carreira na área.

A maioria das/dos discentes entrevistados tiveram o Serviço Social como a sua primeira opção de curso, sendo que 7 discentes confirmam a sua escolha pela faculdade e 3 discentes retratam que Serviço Social não era a sua primeira opção ou que estavam em dúvida em relação a outro curso.

De acordo Veloso e Almeida (2002) ser indeciso quanto à escolha do curso, porque não conhece o curso, logo terá expectativas que não lhe serão correspondidas durante a sua permanência na Instituição. Na segunda pergunta da categoria Curso e Profissão demonstra que mesmo discentes que tinham o Serviço Social como a primeira opção e

tinham um pouco de conhecimento, passaram por um rompimento de expectativas e querem continuar no curso.

Notou-se a ruptura dos/das discentes com as suas ideias iniciais sobre o curso, tiveram um processo de desmistificar a profissão, passando a compreender a amplitude do que é o Serviço Social. Portanto os/as pesquisadores/as possuíam uma variada imagem em relação do que era profissão e ao curso. DIS 10 aponta a sua visão inicial do curso por uma perceptiva do Serviço Social tradicional e como ela se modificou.

Aí eu vim com todas as expectativas, aí quando eu ingressei foi desmitificando muita coisa né? Porque a gente chega com aquele pensamento meio assistencialista e vai abrindo mesmo. Mesmo que eu fosse inserida, ainda tinha essa dúvida do que Serviço Social estudava mesmo e aí a gente vai ampliando o horizonte na Universidade (Entrevista DIS 10).

O Serviço Social é uma profissão mediada por um Projeto Ético-Político e assume uma prática profissional com intenção de um novo projeto societário, de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (TEIXEIRA; BRAZ, 2009 *apud* NETTO, 1999). Com base nisso, a profissão se insere com um posicionamento crítico frente à sociedade vigente e a superação da mesma. Desse modo, os/as discentes comentaram as suas quebras de valores criados por bases da sociabilidade capitalista.

Eu nunca tive uma visão tão conservadora, mas em alguns aspectos eu realmente compreendo que eu era bastante conservadora e alguns pontos o curso me proporcionou outras visões diferentes (Entrevista DIS 7).

Sobre a intenção de seguir carreira na área, notou-se que 8 discentes pretendem ser assistente social após se formarem, já 2 deles não apresentaram tanta certeza. Um deles apresenta preocupação em relação ao mercado de trabalho e o outro não possui uma expectativa tão longa de seguir na carreira, pois gostaria de realizar outro curso após se formar em Serviço Social.

Sendo potencializador de ingresso e também da desistência do curso, o mercado de trabalho é uma vertente não apenas na inserção no mercado, mas também pode acarretar pelo o seu prestígio e a valorização da carreira. DIS 2 também demonstra interesse em dar continuidade aos estudos além da graduação, porém recorda a atual conjuntura do país. “Sempre penso em fazer mestrado, porque eu gosto de ficar pesquisando e estudando, só que parece que não vai ter viabilidade você ser pobre e estudar nesse país” (Entrevista DIS 2).

No que tange o curso ser a primeira opção de curso e ao seu objetivo de seguir carreira é diversificado e não é determinante, pois os/as discentes que não tinham o Serviço Social como primeira opção hoje, querem seguir na carreira, na profissão. Assim como discentes que tinham o Serviço Social como primeira opção, hoje relutam se querem se tornar assistentes sociais.

### 3.2. Vivência Acadêmica

Diante do estudo, predominantemente as/os discentes apresentaram algum tipo de dificuldade para se adaptar ao universo da Universidade, contabilizando em 9 discente afirmando o fato. A falta da resposta do DIS 7 foi uma desatenção e acabou não sendo efetuado a questão no dia da entrevista.

Os/As graduandos/das apresentaram os seguintes fatores dificultantes para a adaptação: pela sua idade, a dinâmica de trabalhos, o ritmo de estudos, com os horários, a questão financeira e entre outros. O fator mais presente é a dificuldade para se adaptar a dinâmica que se apresenta o universo acadêmico e, em relação ao ritmo de estudos e a demanda de atividades. Do modo que explana DIS 1 “[...] foi pela quantidade de trabalho e aula seguida, de trabalho para apresentar, texto para ler... Meu Deus, foi desesperador!”.

Pode-se explicar esse fenômeno por Ferreira (2014), o autor explica as diferentes dinâmicas que temos no ensino superior e o ensino médio/fundamental. O processo de mobilidade para o ensino superior será um momento de “aprendizagem de novos conhecimentos e da ressignificação de antigos saberes” (FERREIRA, 2014, pg. 122).

O autor trata que o ensino superior desprezará todas as simplificações dos livros didáticos escolares, as atividades e a avaliação terão um caráter diferente para os/as discentes onde “se exigirá a explicitação de capacidades intelectuais suficientes para o raciocínio científico elaborado e para a escrita de acordo com as normas científica” (FERREIRA, 2014, pg. 122).

Ferreira (2014) acrescenta ao seu estudo “[...] as instituições de ensino superior esperam e contam que os seus estudantes tenham, desde o início, essa autonomia de aprendizagem”. Por isso que nota-se a dificuldade dos/das discentes entrevistados/das para se adaptar a esse novo universo do ensino superior, que exige uma autonomia e novos conhecimentos que não foram construídos no ensino médio/fundamental.

No que tange ao aspecto mais significativo de aprendizagem ou vivência, os/as discentes apresentaram diversificadas experiências significativas na Universidade. DIS 1 e DIS 7 retrataram o que mais marcou no processo de formação foi a experiência no estágio.

(...) impactou de forma positiva e por outro de forma negativa, porque eu acho que minha atuação como estagiária estava meio que limitada na instituição onde estava inserida, e de forma positiva porque eu tive contato não só com a minha supervisora de campo, mas com as outras assistentes sociais (Entrevista DIS 1).

Já o DIS 7 vem trazendo uma discussão presente nos campos de estágio do Serviço Social, a dissociação teoria e prática e que tem sido marcante para DIS 7 que está associando os seus estudos ao seu campo de estágio.

a gente tá vendo realmente como é prática, como articular a teoria com a prática, tem muitos alunos que dizem que a teoria tá desligada da prática, mas a gente tá vendo que não. Muito pelo ao contrário, precisamos muito da teoria para embasar, para dar direcionamento às nossas práticas. (Entrevista DIS 7).

Os demais pesquisados/das apontaram elementos como: a sua inserção em movimentos sociais, ingresso na iniciação científica, à assistência ao discente, experiência como bolsista no apoio técnico, a entrada em um projeto de extensão, a diversidade de pessoas no ambiente acadêmico, a relação do conteúdo ministrado e ao processo de formação.

### **3.3. Intencionalidade de Evasão**

Dos 10 discentes pesquisados/as, 7 deles já pensaram em desistir do curso. DIS 1 retrata que não conseguiu se adaptar ao universo da Universidade no início, além disso, aponta para a quantidade de disciplinas e que encontrou dificuldades em conciliar os estudos. Em seu período de estágio não se identificou com a profissão e pensou em desistir “No estágio eu pensei em desistir... pensei que não era isso que eu queria pra minha vida” (Entrevista DIS 1). Outro fator foi que DIS 1 não possuía perspectiva de mercado para a profissão e por fim, passou por questões subjetivas “eu estava passando por uns problemas em casa” (Entrevista DIS 1).

DIS 2 conta que morava no interior e possuiu questões subjetivas para apresentar intencionalidade de evadir. Já DIS 3 diz que passou por frustração acadêmica diante do seu desempenho na Universidade e questionou se identificava com o curso. “Comecei a questionar o que eu estou fazendo aqui? Será que o curso é para mim?” (Entrevista DIS 3).

DIS 5 não teve identificação com o curso e possuía preocupações com o mercado de trabalho, isso acarretou em pensar em desistir. DIS 6 passou por questões financeiras, transporte e pela não identificação com o curso. Assim como DIS 6, o DIS 7 pensou em desistir por questão financeira e locomoção para a Universidade, “porque eu sou do interior então era complicado para mim ir e voltar todos os dias de casa” (Entrevista DIS 7). Por fim, DIS 8 conta que teve determinantes para desistir foi por conta do mercado de trabalho. Já os demais entrevistados retratam que não apresentaram a intenção de desistir da graduação.

O maior fator para a intencionalidade de desistir dos/das discentes se deu pelo mercado de trabalho. Os estudos de Veloso e Almeida (2002), citados no referencial teórico, ressaltam os cinco fatores para a evasão universitária, entre eles, o Mercado de Trabalho.

### **3.4. Assistência Estudantil**

Na amostragem de 10 discentes entrevistados, 9 afirmaram recebem ou já receberam algum auxílio ou bolsa da política de assistência estudantil. Entre as bolsas mencionadas, estão incluídas: bolsa alimentação, apoio técnico, residência universitária, bolsa de iniciação científica, bolsa de extensão, auxílio moradia, auxílio óculos e transporte.

Tipificando a assistência estudantil por cada discentes, teríamos: 7 discentes recebe ou já receberam o auxílio alimentação; 3 discentes recebem ou já receberam a moradia na

residência universitária; 2 discentes recebem ou já receberam a bolsa de extensão; 2 discentes recebem ou já receberam o auxílio moradia; 2 discentes recebem ou já receberam a bolsa de apoio técnico; 2 discentes já receberam o auxílio óculos; 2 discentes recebem ou já receberam a bolsa de iniciação científica e 1 discente recebe ou já recebeu o auxílio transporte.

Pela análise de dados constou-se que no processo mais significativo dos/das discentes na Universidade se coincidiu com o seu recebimento de bolsa de assistência estudantil, 3 discentes retratam que impactou de forma positiva foi o recebimento desse auxílio, não somente de forma financeira, que repercutiram na sua vivência acadêmica. Veloso e Almeida (2002) retratam que a participação do/da discente em alguma atividade de pesquisa e extensão pode atribuir para a motivação deste estudante, de alguma forma, diminuir a evasão no curso.

O direito ao ensino superior não está centralizado apenas no seu acesso, mas na sua permanência. O presente estudo constatou que 90% dos/das discentes recebem bolsa de assistência estudantil que incide para a sua permanência na Universidade e de alguma forma impactou ou está impactando no seu processo de formação.

Quando se foi perguntado qual é a compreensão da importância da assistência estudantil para os/as discentes a resposta predominante: a permanência. A maioria dos/das estudantes dissertaram sobre como essas políticas refletem para o suporte e a permanência do/da discente. DIS 5 trata brevemente da ampliação da permanência, ou seja, a ampliação pela política do REUNI.

Eu acho que é sem dúvidas de muita importância porque a gente sabe que o acesso ao ensino superior ele ampliou, então cada vez mais as classes mais vulneráveis estão conseguindo chegar socioeconomicamente no ensino superior, mas não é preciso ter só o acesso ao ensino, é preciso ter a permanência nele. (Entrevista DIS 5).

O aumento das vagas de ingresso pelo Reuni fez inserir a classe trabalhadora no ensino superior, pelo relato do DIS 10 pode visualizar o que é ser estudante da classe trabalhadora e ter as suas origens em um bairro periférico.

(...) eu já fui me recordando de onde vim, de que eu moro em bairro de periferia, que eu entrei na Universidade pelas cotas baixa renda de escola pública. Aí eu já tive a compreensão que isso aqui é um espaço que a gente resiste, a gente tá ocupando isso aqui e que é um espaço de disputa porque é Universidade pública, mas quem domina muito aqui é a galera da classe média, [...]. Mas é um espaço de bastante disputa que é difícil a gente continuar aqui, então é de muita resistência. (Entrevista DIS 10).

#### **4. CONCLUSÕES FINAIS**

O presente estudo deu um panorama de como a vivência acadêmica é um ambiente de desconstrução e readaptação, juntamente de um processo de adaptação contínua até a conclusão do curso. A assistência estudantil nesse estudo se revelou como fortificante para

a permanência, mas não somente isso, ela marcou os/as discentes de alguma forma no seu processo de formação.

A particularidade por serem estudantes de Serviço Social apresentou a ruptura e a construção de conhecimentos que não eram imagináveis para os mesmos, o estudo ganha um olhar de futuros profissionais na área. São estudantes (re)conhecem as políticas de assistência estudantil e compreendem a importância delas.

Foi pelo programa do Reuni que se ampliou o acesso ao ensino superior, e colocou os/as filhos/as da classe trabalhadora nas Universidades, os/as entrevistados/as demonstraram que o ambiente da Universidade é desafiador para estudantes de baixa renda, que eles se reinventam e procuram estratégias para a sua permanência todos os dias.

A defesa da Universidade pública é constante, sendo um espaço de formação do indivíduo e de construção de conhecimento, logo, deve-se defendê-la. O estudo teve por finalidade somar com as pesquisas que prevê a importância das Universidades e das suas políticas de educação. Ressaltamos a importância do acesso ao ensino superior, mas juntamente que dialogue com a sua permanência, para que os/as discentes possam desfrutar de uma Universidade pública, gratuita e de qualidade até a formação.

## 5. REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Altos índices de desistência na graduação revelam fragilidade do ensino médio**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/40111-altos-indices-de-evasao-na-graduacao-revelam-fragilidade-do-ensino-medio-avalia-ministro>>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre**

**o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Brasília (DF), 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> . Acesso em: 25 de fevereiro de 2019.

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE EVASÃO (MEC/ANDIFES /ABRUEM/ SESU). **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. Brasília, 1996.

FERREIRA, Adir Luiz. **Socialização na universidade: quando apenas estudar não é o suficiente**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 34, jan/abr. 2014..

MELO, Kesia Cristine. **Escolha de curso e evasão universitária : análises a partir do Sistema de Seleção Unificada**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Processos Institucionais, Natal, 2017.

NETTO, J.P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

PACHANE, Graziela Giusti. **A universidade vivida: a experiência universitária**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.

SAKURADA, P. K. C. **O sucateamento da Universidade Pública: a realidade dos cursos de Serviço Social da UFES e UFF**. Revista Universidade e Sociedade, (janeiro). n. 59, p.70-81, 2017.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. . **O Ensino Superior, um Novo Campo de Pesquisa na Pós-Graduação no Brasil: Balanço e Novos Desafios**. Pro-Posições, v.5, n. 2. Campinas: FE-Unicamp, 1994.

SANTO, Gabrielle dos; FREITAS, Leana Oliveira. **Ensino superior público brasileiro: acesso e permanência no contexto de expansão**. Argumentum, Vitória (ES), v. 6, n.2, p. 182-200, jul./dez. 2014.

SILVA, E. D. A. da. **Quando desistir não é uma opção: socialização e estratégias de permanência de estudantes populares da UFRN**. Natal: UFRN, 2017.

SILVA; J. S. CASTRO; A. M. D. A. **Políticas de Expansão para o Ensino Superior no Contexto do REUNI: a implementação do programa na UFRN**. Holos: 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20537>>. Acesso em: 12 de maio de 2014.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. **Proposta da ANDES - Sindicato Nacional para a Universidade Brasileira. Cadernos ANDES**. Brasília, julho de 1996, 2ª ed. revista e atualizada.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social**. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, CEFESS/ABEPSS, 2009.

TINTO, Vincent. Dropout from higher education: **A theoretical synthesis of recent research**. Reviewofeducationalresearch, v. 45, n. 1, p. 89-125, 1975.

VASCONCELOS, Natália. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.

VELOSO, T. C. M. A.; ALMEIDA, E. P. **Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá: Um processo de exclusão**. Cuiabá, 2002.

## **6. ANEXOS**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA INDIVIDUAL**

Você entrou em que ano no curso de Serviço Social na UFRN?

O curso de Serviço Social foi a sua primeira opção de curso?

Quais foram as suas expectativas iniciais referentes ao curso?

Ao de longo da graduação, essas expectativas foram confirmadas ou reformuladas?

Quais as situações de aprendizagem e vivência que você percebeu que foram as mais significativas dentro da Universidade?

Como foi a sua adaptação ao universo da Universidade? Encontrou dificuldades nessa vivência?

Já pensou em desistir do curso? Se sim, por quais motivos?

Você recebe ou já recebeu alguma bolsa ou auxílio da UFRN? Se sim, de qual tipo?

Como você compreende a importância das políticas de assistências estudantis?

Possui objetivo de seguir a carreira de assistente social após se formar?